

DOXA

Revista Brasileira de Psicologia da Educação
Brazilian Journal of Educational Psychology



¹ FAMINAS, Muriaé – Minas Gerais (MG) – Brasil. Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia. Professora do curso de Psicologia da FAMINAS.

² FAMINAS, Muriaé – Minas Gerais (MG) – Brasil. Graduanda em Psicologia na FAMINAS.

³ Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei – Minas Gerais (MG) – Brasil. Professor associado, Departamento de Psicologia.

MÃES UNIVERSITÁRIAS: DESAFIOS NA CONCILIAÇÃO ENTRE MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA

MADRES UNIVERSITARIAS: DESAFÍOS EN LA CONCILIACIÓN ENTRE MATERNIDAD Y VIDA ACADÉMICA

UNIVERSITY MOTHERS: CHALLENGES IN BALANCING MOTHERHOOD AND ACADEMIC LIFE

Lais Ramos SANCHES¹

laisramossanches@gmail.com



Amanda Silvério Fernandes ALONSO²



amandasfaalonso@hotmail.com



Marcelo Dalla VECCHIA³



mdvecchia@gmail.com

Como referenciar este artigo:

Sanches, L. R, Alonso, A. S. F., & Vecchia, M. D. (2025). Mães universitárias: desafios na conciliação entre maternidade e vida acadêmica. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, 26, e025005. DOI: 10.30715/doxa.v26i00.20133

Submetido em: 22/02/2025

Revisões requeridas em: 10/03/2025

Aprovado em: 19/04/2025

Publicado em: 05/05/2025

RESUMO: A maternidade é uma experiência permeada pela constituição histórica, social e relacional do gênero, e ela ganha novas significações quando é vivenciada durante o percurso acadêmico. A pesquisa buscou compreender os desafios das alunas-mães inseridas no contexto da graduação. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com posterior análise a partir dos núcleos de significação. Foram identificados os desafios no que se refere à distância dos filhos, à escassez de políticas e aos desafios na conciliação entre maternidade, vida acadêmica e trabalho. Essa conciliação é perpassada por desigualdades de gênero que implicam demandas de cuidado às mulheres. Demanda-se a implementação de políticas de apoio e permanência às alunas gestantes e mães.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Ensino Superior. Gênero.

RESUMEN: La maternidad es una experiencia marcada por la constitución histórica, social y relacional del género, y adquiere nuevos significados cuando se vive durante el trayecto académico. La investigación buscó comprender los desafíos de las estudiantes-madres en el contexto de la educación superior. Para ello, se realizaron entrevistas semi-estructuradas, con posterior análisis a partir de los núcleos de significación. Se identificaron los desafíos relacionados con la distancia de los hijos, la escasez de políticas y los desafíos en la conciliación entre maternidad, vida académica y trabajo. Esta conciliación está atravesada por desigualdades de género que implican demandas de cuidado hacia las mujeres. Se exige la implementación de políticas de apoyo y permanencia para las estudiantes gestantes y madres.

PALABRAS CLAVE: Maternidad. Educación Superior. Género.

ABSTRACT: Motherhood is an experience shaped by the historical, social, and relational constitution of gender, and it takes on new meanings when lived during the academic journey. The research sought to understand the challenges faced by student-mothers in the context of higher education. To achieve this, semi-structured interviews were conducted, followed by analysis based on cores of meaning. The challenges identified included the distance from their children, the lack of policies, and the difficulties in balancing motherhood, academic life, and work. This balance is influenced by gender inequalities that create caregiving demands on women. There is a call for the implementation of support and retention policies for pregnant and mother students.

KEYWORDS: Motherhood. Higher Education. Gender.

Artigo submetido ao sistema de similaridade



Editor: Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

INTRODUÇÃO

A vivência da maternidade durante o ensino superior é uma realidade na história pessoal de alunas, e essa questão tem ganhado espaço de análise, de políticas e iniciativas institucionais. Ferreira e Furtado (2022) apontam que a maternidade adiciona inúmeras responsabilidades e obrigações às alunas-mães, para além daquelas que elas já tinham com a vida acadêmica, que podem impactar na permanência dessas mães na universidade. Em consonância, Silva e Guedes (2020) mencionam os desafios da conciliação entre maternidade e vida acadêmica, como, por exemplo, o baixo acesso a creches públicas, incompreensão por parte dos docentes no que tange à sobrecarga de atividades e ausências nas aulas, pouca presença de salas destinadas à amamentação e aos cuidados básicos da criança, bem como fatores vinculados à depressão pós-parto e à experiência do puerpério em meio às atividades acadêmicas.

Para analisar os desafios vivenciados pelas alunas-mães nos espaços universitários, torna-se necessário considerar os processos de dominação sobre a mulher, em uma sociedade marcada pelo patriarcado, que se transformam ao longo da história, adquirindo novas configurações que revelam processos de opressão. Historicamente, o lugar social destinado às mulheres era o espaço da casa, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e com o marido, bem como a responsabilidade de assegurar a limpeza de roupas e a preparação dos alimentos. Segundo Santos (2010), as mulheres foram relegadas a atribuições marcadas pela diferença de gênero e de um lugar social para elas atribuído, como maternidade, trabalhos domésticos e servidão ao marido, enquanto o âmbito político era destinado aos homens. Essa divisão socialmente construída segregava atividades entre homens e mulheres e atribui menor valor ao trabalho que é realizado por mulheres, visto que o trabalho do cuidado é historicamente desvalorizado e desconhecido. A figura feminina é vista como frágil, inferior e nascida com instintos maternais e, em contrapartida, ao homem se atribui o papel de detentor do poder de decisão e chefe de família. Essa concepção acerca das mulheres provocou, portanto, a exclusão feminina de ambientes políticos e educacionais ao longo da história. A transformação desse lugar ocorre de forma gradual, marcada pela Revolução Industrial no século XVIII, que, para Teixeira (2009), modifica a concepção de trabalho.

Assim como a maternidade, a universidade, como objeto de análise nesta pesquisa, também precisa ser compreendida a partir de sua historicidade. Para Althusser (2022), a universidade, enquanto instituição de ensino, é compreendida como um Aparelho Ideológico do Estado, no qual prevalece a ideologia da classe dominante. Sobre isso, Dore (2006) aponta que o espaço educacional, apesar de camuflar-se e se apresentar como um espaço neutro, visa a reproduzir as relações de dominação e exploração, mantendo os interesses dos grupos dominantes. Nesse ínterim, a universidade se constituiu como um espaço masculino, branco e permeado pela luta de classes.

Para Beltrão e Alves (2009), durante o século XX, a taxa de alfabetização dos homens era superior à das mulheres, e as diferenças nos níveis educacionais refletiam as condições

históricas e estruturais da sociedade. Assim, a luta das mulheres por acesso à educação se delineou de forma gradual e, primeiramente, ocorreu como processo fundamental de letramento e, depois, pelo ingresso nas universidades.

No entanto, Santos (2010) aponta que, mesmo com a ascensão das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, continuam sendo delegados a elas os espaços domésticos e uma posição de dominação e subordinação em relação aos homens. Torna-se relevante constatar que a conquista pelo direito ao estudo e pelo direito ao trabalho fora de casa não suspendeu as responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres, tais como o cuidado com os filhos e a manutenção do espaço doméstico, provocando o acúmulo de funções, uma possível sobrecarga e impactos na saúde mental.

Com o passar dos anos, as mulheres ampliaram sua presença nas universidades. No entanto, as mães universitárias encontram condições diferentes de permanência quando comparadas às mulheres sem filhos. As mães estudantes precisam mobilizar não só uma organização da sua rotina, mas contar também com a composição de uma rede de apoio que possibilite a sua permanência, bem como o apoio de políticas institucionais.

Os desafios impostos às mães universitárias podem resultar em um distanciamento dessas mulheres de carreiras específicas, como, por exemplo, a carreira acadêmica, uma vez que ela envolve produtividade, calculada pelo número de publicações, por exemplo. Nesse âmbito, Walczak e Silva (2024) mencionam que é utilizado o termo “efeito-tesoura” para se referir ao processo de redução do número de mulheres na ciência, na medida em que a carreira avança. Esse fenômeno é evidenciado pelos dados de 2022 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que revelam maior presença feminina na maioria dos cursos. Assim, há maior entrada de mulheres no ensino superior, se comparada aos homens, mas estes são maioria na medida em que a carreira progride. Torna-se fundamental questionar quais motivos permeiam essa redução da presença das mulheres nos espaços acadêmicos e científicos, colocando a falta de políticas institucionais voltadas para alunas-mães como um dos motivos pelos quais o “efeito-tesoura” acontece. Nesse âmbito, Carpes et al. (2022) apontam que “a parentalidade traz consigo grandes e diferentes responsabilidades, que podem impactar a carreira de cientistas, e a comunidade acadêmica deve estar ciente desse impacto, que não é igual para homens e mulheres” (p. 1).

Antloga et al. (2023) apontam que as mães universitárias com acúmulo de dois papéis (maternidade e vida universitária) apresentam níveis críticos de danos físicos, psicológicos e sociais, demandando estratégias da própria universidade, do Estado e da sociedade que possam minimizar o impacto da maternidade no ensino superior. Além disso, outros marcadores sociais da diferença, como as questões de gênero, raça e classe, exigem ainda mais esforços públicos e mudanças mais substanciais na dinâmica econômica e social do País, a fim de garantir a permanência e a qualidade de vida das mães universitárias. Assim, corroborando com as necessidades identificadas na literatura, Pontes et al. (2022) afirmam que compreender os

desafios das estudantes-mães no ensino superior se torna essencial, de modo a ofertar uma permanência digna às mães universitárias, bem como o desenvolvimento de programas, políticas públicas e sociais voltados para esse público.

Para isso, a pesquisa tem como objetivo identificar e compreender os desafios enfrentados pelas alunas-mães no que tange à conciliação entre maternidade e ensino superior. Espera-se, com este estudo, potencializar os debates acerca da diversidade no ensino superior, dando ênfase às questões de gênero e às vivências das alunas-mães na universidade. Por fim, espera-se contribuir para mudanças no que tange à permanência das alunas-mães na ciência, por meio de apoios institucionais, bem como de políticas públicas e sociais.

METODOLOGIA

Para o cumprimento dos objetivos, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com alunas-mães matriculadas em cursos presenciais em uma instituição de ensino superior. Segundo Duarte (2004), as entrevistas permitem que o pesquisador faça uma aproximação de uma realidade vivida, construindo informações que ajudam na compreensão da lógica das relações que se estabelecem nas experiências do grupo pesquisado. As entrevistas individuais com as alunas-mães permitiram que cada estudante relatasse sua relação com a graduação e com a maternidade, bem como os desafios enfrentados para a conciliação entre ambas as tarefas e dificuldades no que tange à permanência no ensino superior.

A instituição em questão está localizada no interior de Minas Gerais e atualmente possui 18 cursos de graduação, além de um curso técnico. A faculdade em questão tem mais de 20 anos de funcionamento e cerca de 2.800 alunos matriculados, recebendo estudantes de diversas cidades do País.

As alunas-mães foram convidadas para a participação na pesquisa por meio de indicações obtidas através dos coordenadores de curso. Foram incluídas alunas-mães de qualquer curso de graduação, com filhos com idades entre 0 e 6 anos. O recorte etário dos filhos das entrevistadas leva em consideração a primeira infância, que é compreendida como um período do desenvolvimento que requer cuidados intensos e integrais, e, segundo a Unicef (2023), o investimento realizado nessa etapa da vida repercute na fase adulta. Não foram consideradas para participação na pesquisa alunas-mães que estavam matriculadas no primeiro e segundo períodos, uma vez que se buscou informantes que já tivessem um repertório de experiências no que tange à relação entre vida acadêmica e maternidade.

Inicialmente, foi realizada uma conversa breve com os coordenadores dos cursos, de modo a explicar o objetivo da pesquisa e solicitar a indicação de possíveis informantes. Considerando os critérios previamente definidos, foi solicitado o contato de alunas-mães que pos-

suíam filhos de zero a seis anos, nascidos ou não durante a graduação.

Foi realizado contato telefônico com as alunas-mães indicadas pelos coordenadores de curso e, após concordarem em participar, foram agendados dia e horário para a entrevista. No momento da entrevista, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, consentida a participação, iniciou-se a entrevista propriamente dita, a partir do roteiro previamente elaborado. O roteiro abordou questionamentos sobre rede de apoio, apoios institucionais, relação com professores e demais alunos, e políticas de apoio para a permanência na instituição. Foi utilizada a amostragem por conveniência, considerando que a pesquisadora é também professora e, no momento da coleta de dados, era coordenadora de um dos cursos na instituição pesquisada. Assim, a indicação dos(as) coordenadores(as) foi tomada como critério de inclusão (Gil, 2008), o que se demonstrou efetivo, tendo em vista que as medidas institucionais existentes são encaminhadas juntamente com as coordenações de curso na instituição em questão, que terminam por ter um acompanhamento da situação da aluna.

As entrevistas individuais foram realizadas na própria instituição de ensino, por se tratar de um ambiente confortável e já conhecido pelas participantes. A instituição conta com um serviço-escola de Psicologia, cujas salas de atendimento clínico possibilitaram a privacidade para a gravação e a não exposição das participantes. Vale ressaltar que as entrevistas foram agendadas e realizadas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, cujo número do CAAE é 82056724.9.0000.5105. No momento da entrevista, foram apresentadas informações sobre a garantia de anonimato e sigilo às participantes, bem como foi informado sobre a liberdade para desistir de participar a qualquer momento da pesquisa. Foi solicitada ainda a anuência para utilização do gravador para o registro da entrevista e, por fim, a assinatura do TCLE em duas vias, das quais uma ficou com a pesquisadora e a outra via ficou com a participante.

Enquanto método de análise das entrevistas, visando à compreensão dos sentidos e significados presentes no discurso das entrevistadas, buscou-se a elaboração de Núcleos de Significação. Tal proposta, apresentada por Aguiar e Ozella (2006), desenvolve-se a partir de três fases: a primeira é realizada após a transcrição das entrevistas, na qual, por meio de uma leitura flutuante, busca-se a familiarização, com posterior definição dos pré-indicadores, que surgem a partir de repetições, pela carga emocional, pela ênfase, contradições, insinuações e ambivalências, que irão compor, posteriormente, a organização dos núcleos. Em um segundo momento, busca-se aglutinar os pré-indicadores, buscando similaridades, complementaridades e contraposições. Assim, constroem-se indicadores e seus conteúdos, juntamente com a seleção de trechos que exemplificam os indicadores.

Em um terceiro momento, realiza-se a releitura do material, visando agora à articulação entre os indicadores, com o objetivo de organizar os núcleos de significação a partir de

sua nomeação. É nesse momento que a análise dos autores Aguiar e Ozella (2006) consistente ocorrerá, avançando para uma ordem interpretativa das entrevistas, considerando as condições subjetivas e históricas. Por fim, os núcleos de significação construídos nesse processo de análise têm como objetivo “expressar os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente, que revelem as suas determinações constitutivas” (Aguiar e Ozella, 2006, p. 231). A partir disso, o processo de análise, considerando os núcleos de significação, revela o movimento do sujeito no contexto histórico, social, político e econômico, permitindo a compreensão do fenômeno a partir de uma totalidade histórica e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se aqui a ausência de alunas-mães de crianças nessa faixa etária nos cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), Engenharia Civil e Nutrição. Os cursos com maiores indicações partiram dos cursos de Psicologia, Direito e Enfermagem. O maior número de indicações ser proveniente dos cursos de Psicologia e Direito pode estar relacionado ao fato de serem cursos marcados por um número superior de matrículas, comparado-se aos outros cursos mencionados. Com relação à ausência de alunas-mães nos cursos de ADS e Engenharia Civil, isso pode estar relacionado ao fato de que, em tais cursos, há um predomínio de homens, mas há também a possibilidade de uma falta de conhecimento, por parte dos coordenadores, dessa vivência de alunas, ou ainda a possibilidade de que essas alunas tenham evadido do curso após a descoberta da gestação, inviabilizando o conhecimento dessa situação por parte da coordenação.

A caracterização das entrevistadas está apresentada na Tabela 1, com os nomes fictícios das participantes. Uma participante foi excluída devido à idade do filho ser superior ao estipulado. Vale ressaltar que também foram utilizados nomes fictícios para as crianças, filhas das participantes, quando mencionadas nas entrevistas.

Tabela 1: Caracterização das entrevistadas

NOME	IDADE	CURSO	PERÍODO	RENDA FAMILIAR (R\$)	GRAVIDEZ PLANEJADA	IDADE DO FILHO
Ana	24	Psicologia	6º	3 mil	Não	2 anos
Carla	20	Direito	5º	3,5 mil	Não	8 meses
Flávia	22	Direito	6º	3 mil	Não	10 meses
Paula	22	Direito	3º	3 mil	Não	2 anos
Clara	39	Farmácia	6º	8 mil	Sim	5 anos
Marta	37	Medicina	6º	15 mil	Não	6 meses
Alice	30	Psicologia	6º	7 mil	A primeira não, a segunda sim	11 anos e 4 anos

Fonte: elaboração dos autores.

Após a transcrição e análise das entrevistas, foram identificados três núcleos de significação, nomeados das seguintes formas: (1) “o maior desafio é deixar pra trás”; (2) ausência de iniciativas institucionais; (3) relação trabalho-maternidade-vida acadêmica. Tais núcleos serão apresentados e discutidos a seguir.

“O maior desafio é deixar pra traz”

Frequentemente, nas falas das entrevistadas, os desafios no processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica perpassam as dificuldades em lidar com a distância física dos filhos, imposta pelas tarefas de trabalho e educação. Nesse sentido, cinco entrevistadas apresentam, em seu discurso, o desafio de sair de casa para estudar e precisar renunciar ao tempo com a criança. Ana discorre sobre isso no trecho: *“Eu acho que hoje o maior desafio é ter que deixar ela pra trás, sabe? E realmente ficar assim, com a cabeça aqui”*.

As falas das entrevistadas, ao abordar a falta de tempo com os filhos, foram carregadas de sentimentos, e esse teor emocional precisa ser analisado de forma concreta. Toda atividade humana é permeada por emoções que surgem em cada momento histórico e, para Souza (2006), essas emoções são necessárias para a manutenção das relações de produção naquele contexto. Nesse âmbito, a experiência da maternidade, como particular do sexo feminino, é sentida e vivenciada exclusivamente no corpo dessa mulher, que vive processos de mudanças corporais, físicas, relacionais e psíquicas, demandando dela também mudanças práticas na vida cotidiana.

A pesquisa de Leite et al. (2014) identificou emoções vinculadas à maternidade, relatadas pelas mães, que expressaram felicidade nos casos de planejamento da gestação, e sentimento de culpa e arrependimento em situações que envolviam uma gravidez não planejada e a presença de outro filho, bem como preocupações e medo por não saberem como a gestação seria acolhida pelo genitor e pela rede de apoio. Tais sentimentos deram espaço para sensações de alegria e satisfação, potencializadas pelo apoio recebido do parceiro.

Na própria história sobre a maternidade, a questão da emoção aparece como uma forma de controle e de direcionamento social, ou seja, o discurso sobre a emoção pautava-se nos interesses dominantes. Sobre isso, Forna (2000) aponta, por exemplo, que no final do século XVIII e começo do século XIX, houve a publicação de livros incentivando as mulheres a permanecerem calmas, indicando o controle das emoções para não impactar no bebê. Essa orientação ocorreu a partir de um caso no qual “uma mulher grávida que teve um acesso de raiva e deu à luz uma criança com as entradas abertas” (Forna, 2000, p. 54), bem como das informações de que o mau humor da mãe amargava o leite. Tais orientações foram postuladas a partir de necessidades vigentes à época, e torna-se necessário considerar que tais discursos infundem à mulher a sensação de culpa, medo e angústia, em especial àquelas que

escolheram continuar estudando e trabalhando e que, assim, são submetidas a situações de desgaste físico e mental adicional.

Para superar a experiência de não conseguir passar o tempo que gostaria com sua filha, Paula aponta uma estratégia:

Então, eu trago ela para a faculdade, todo mundo é apaixonado nela aqui, todo mundo conhece, só falar ‘Lorena’, já sabe que é ela. Então, fica um pouco cansativa. Mas, como que você faz? Se ela fica na creche o dia inteiro, eu não vejo ela nenhum dia praticamente.

Vivenciar a maternidade, o trabalho e a vida acadêmica provocou que tais alunas-mães reorganizassem a vida pessoal, acadêmica e profissional. Nessa reorganização, foi necessária a inclusão da criança nas atividades universitárias. No entanto, estamos nos referindo a instituições de ensino que ainda não possuem estrutura física nem recursos humanos para acolher as(os) filhas(os) das(os) alunas(os). Outra aluna decidiu pela saída do emprego, de forma que permitisse mais tempo com os filhos.

Nesse âmbito, a mobilização e o reordenamento da vida para uma vivência da maternidade a partir de condições necessárias para a mulher, dificultada pelas questões estruturais da universidade e pelas desigualdades históricas nos papéis de gênero, impactam de forma insidiosa a vida de alunas-mães, gerando obstáculos significativos para a permanência no ensino superior. Assim, a presença de filhos em suas vidas reorganiza a forma como essas alunas-mães se relacionam com o espaço universitário, o que pode repercutir no rendimento acadêmico. Corroborando com esses desafios, o estudo de Brito et al. (2021), com alunos de medicina que são mães e pais, identificou que “as obrigações da maternidade/paternidade comprometem o seu rendimento acadêmico” (p. 3). Essa constatação demanda iniciativas institucionais e sociais para apoiar a permanência dessas alunas no ensino superior.

Assim, a conciliação de vários papéis que coexistem na vida das alunas-mães pode provocar, para além de uma sobrecarga de tarefas, uma sobrecarga emocional, intimamente relacionada ao gênero. A pesquisa de Silva et al. (2023) observa que a atividade de cuidado, assumida prioritariamente por mulheres, é um fator de adoecimento, caracterizado pela angústia decorrente da exaustão mental, provocada pela responsabilidade do cuidado. Essa sobrecarga apareceu no relato de Flávia, para quem coexiste a sobrecarga permeada pela angústia:

Tipo assim, eu estou com tanta coisa que eu já não estou tendo tempo para estudar, nem tempo para o meu filho, nem tempo para trabalhar. Entendeu? O trabalho, querendo ou não, você tem que estar ali, né? E aí, se eu não trabalhar, como que eu vou

conseguir? Ih, é muito complicado essa parte. E aí, se eu não trabalhar, não tem como. Se eu não estudar, o que vai ser lá na frente? E aí, se eu não olhar o Pedro agora e depois, como que vai ser sem a presença da mãe dele? E aí, fica esse um milhão de coisas na minha cabeça.

A atividade de cuidado, para Guimarães et al. (2011), está historicamente relacionada com a esfera privada, doméstica e da família, sendo naturalizada como uma atividade realizada por mulheres. Essa naturalização aparece, por exemplo, na fala de Ana, que diz: “*por mais que ela esteja com o pai dela, com os meus pais, eu sei que ela está bem cuidada. Mas eu sou mãe, então sempre... Sabe? Sempre fica essa coisa ‘meu Deus, será que ela está bem?’*”.

Diante do relato das entrevistadas, a conciliação entre maternidade, vida acadêmica e trabalho remunerado implica em uma experiência emocional permeada por angústias. Esse sentimento é potencializado pela percepção de falta de suportes e iniciativas institucionais que poderiam minimizar a sobrecarga das alunas-mães e consolidar uma perspectiva de responsabilidade institucional e coletiva pelo cuidado das crianças pequenas, tema que será tratado a seguir.

Ausência de iniciativas institucionais

Enquanto recursos que poderiam ser oferecidos pela instituição e que ainda não ocorrem na faculdade em questão, as entrevistadas apresentaram suas necessidades, que envolvem desde creches até grupos de suporte emocional. Ana aponta:

Uma instituição desse tamanho, entendeu? Privada... Eu acho que teria uma condição de também ter uma creche, uma creche universitária para as mães ficarem tranquilas, sabe? Vim estudar, ver que o filho tá próximo, tá sendo bem cuidado. Ah, deu período de mamar, vai lá que pega criança, entendeu?

Mesmo sem mencionar a creche, Carla também reconhece a necessidade de algo semelhante e detalha sugestões:

Mas eu acredito que se tivesse uma salinha onde pudesse ter um local para poder trocar ou às vezes um berçinho, uma pessoa que pudesse acompanhar também. Não sei se seria possível, enquanto a mãe estudasse. Ou então uma pessoa que pudesse ficar na sala de aula mesmo para poder ajudar.

As creches universitárias podem ser consideradas, enquanto assistência estudantil, uma urgência que ampliaria as possibilidades de permanência das alunas-mães no ensino

superior. Cabe ressaltar aqui que a creche é prevista no Programa Nacional de Assistência Estudantil, por meio do Decreto n.º 7.234, de 2010, como uma das ações de assistência estudantil, com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos estudantes, reduzir a evasão e promover a inclusão social (Brasil, 2010). No entanto, ao retomar a história, Raupp (2004) indica que a criação das primeiras creches universitárias ocorreu na década de 1970, resultado de movimentos sociais e de reivindicações de mulheres trabalhadoras. Logo mais, em 1986, por meio do Decreto nº 93.408, fica prevista a oferta de creches e serviços de assistência pré-escolar aos filhos de servidores federais, que foi alterado pelo Decreto n.º 99.548, de 1990, sendo que, posteriormente, esses dois documentos normativos foram revogados pelo Decreto n.º 977, de 1993. A previsão de criação de creches nas instituições federais de ensino (IFEs), prevista pelo primeiro decreto mencionado anteriormente, foi posteriormente substituída pela proposição de planos de assistência pré-escolar a serem elaborados pelas IFEs, envolvendo o reembolso dos custos derivados dessa finalidade. Como consequência dessa substituição, no último decreto aqui mencionado, ficou suspensa a criação de novas creches dentro das IFEs. Assim, o direito à creche para as alunas passa a não ter mais uma previsão legal, impedindo, concretamente, o desfrute de um direito que havia sido um avanço para as mulheres trabalhadoras na criação de condições de permanência no ensino superior.

Outra necessidade para a permanência das mães, apontada por uma entrevistada, refere-se às questões burocráticas, em especial às regras quando a aluna retorna às atividades acadêmicas. Na instituição em questão, ao retornar da licença-maternidade, a aluna volta a frequentar as aulas, muitas das vezes no período letivo seguinte ao seu afastamento, e conta com somente 30 dias para realizar todas as atividades perdidas, o que é somado à exigência de conciliação com as atividades do período regular. Sobre isso, Flávia aponta: “*esse prazo mesmo de 30 dias, é impossível. Você passa 120 dias e aí, você já vai voltar e já ter que fazer um monte de prova*”.

Além das demandas acadêmicas, as alunas podem enfrentar desafios no que se refere também à continuidade da amamentação no retorno às atividades na universidade, uma vez que a instituição não conta com espaços próprios para amamentação, extração e armazenamento adequado de leite materno. Ana relata sobre isso: “*e principalmente quando eu amamentava ela ainda. Sabe? Tinha dia que eu precisava de vir, eu tinha prova e eu ficava com tanta ansiedade de deixar ela pra trás que meu leite nem saía*”.

Rodrigues et al. (2022) apontam que o apoio institucional, acolhimento e incentivo ao aleitamento materno são importantes para a continuidade da amamentação, recomendada pela Organização Mundial da Saúde (2023) até os seis meses de idade da criança, de forma exclusiva, e até os dois anos de idade, de forma complementar à alimentação. Assim, a ausência desse apoio pode contribuir para desmames precoces e/ou afastamento das alunas-mães

dos espaços acadêmicos. A partir de 2023, diversas instituições de ensino superior, tais como a Universidade de Brasília (UnB, s.d.), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ, 2023), Universidade Federal Fluminense (UFF, 2024), Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ, 2024), entre outras, implementaram salas de amamentação em seus campi, com estrutura para higienização de utensílios, freezer, poltronas, micro-ondas, aquecedor elétrico, entre outros recursos, que visam proporcionar às alunas a manutenção da amamentação. A recente mobilização das instituições de ensino públicas em prol do fortalecimento das alunas-mães que amamentam reflete a importância do tema; no entanto, ainda não é suficientemente incorporada em faculdades privadas, levando-se em consideração a instituição em questão.

No campo da ciência e maternidade, Carpes et al. (2022) pontuam que as mulheres, no percurso de suas carreiras, ocupam menos posições de liderança. Diante disso, elas estão distantes de tomadas de decisões institucionais que atendam às necessidades de grupos específicos, como de alunas-mães, o que repercute na diminuição da representatividade das mulheres nesse âmbito. Nos espaços acadêmicos, marcados por exigências de produtividade e alto rendimento, as oportunidades ficam distantes das mães. Um exemplo disso, na instituição em questão, mas também em muitas outras, é que a oferta de monitorias é condicionada ao rendimento acadêmico, isto é, apenas são beneficiadas(os) estudantes com média superior a 80 pontos em 100. Isso distancia muitas alunas-mães de conseguirem tais oportunidades. Considerando que tais atividades na graduação são fundamentais para a construção de um currículo que as direcione, por exemplo, a um curso de mestrado, tais mulheres vivenciam, então, uma desigualdade de oportunidades que repercute em toda a sua trajetória profissional e acadêmica.

Outra iniciativa que poderia auxiliar na permanência de alunas, segundo duas das entrevistadas, seria o suporte emocional por meio de grupos. Ana relata:

eu acho que o suporte emocional, psicológico, ele é mais que essencial, né? Principalmente para essas gestantes... fazer, sabe, sei lá, grupos com gestantes, sabe? ... Então, assim, esses grupos, né, pra conversar uma com a outra, que você sabe que a pessoa tá sentindo o mesmo que você, tá passando o mesmo que você. Então, acho que seria essencial.

A instituição em questão conta com um serviço de apoio psicopedagógico, oferecendo atendimentos individuais a alunos. A entrevistada Marta sugere que as alunas grávidas pudessem ter prioridade no atendimento, sem enfrentar longas semanas de espera até uma vaga surgir. Para ela, contar com o suporte psicológico seria essencial para que a aluna crie as suas estratégias pessoais para conciliar as demandas que serão impostas pela maternidade, em um contexto universitário.

As propostas grupais surgem como possibilidade de rede de apoio, ou seja, um auxílio às alunas-mães no que tange à permanência na graduação, bem como ao enfrentamento dos desafios emocionais provocados pela vivência da maternidade. Para Pereira e Sawaia (2020), o grupo se constitui como espaço de construção de cuidado e de intencionalidade, no sentido de promover um sujeito criador de si, espaço de bons encontros que permitam que a ação e a potência da vida, individual e coletiva, possam emergir. Lane (2012) salienta que é mais coerente falar em processo grupal do que grupo, considerando seu caráter histórico, e, diante disso, ele tem a função de manter ou transformar as relações sociais que nele permeiam. Diante disso, a promoção de encontros grupais com alunas-mães ou gestantes em uma universidade pode promover um espaço de fortalecimento, acolhimento e construção de uma rede de cuidado e de apoio, com vistas ao enfrentamento individual e coletivo dos desafios que a maternidade e a vida acadêmica lhes impõem. Tais grupos, enquanto mobilização coletiva, podem ainda se constituir como um espaço de luta e reivindicações em prol de iniciativas institucionais que priorizem as alunas-mães, assegurando possibilidades de permanência no ensino superior.

Apesar da existência de algumas publicações sobre grupos de mães, a maior parte dos estudos é relacionada a contextos da saúde (Campos et al., 2007), a contextos da educação básica (Carvalho-Silva et al., 2014), ou ainda vinculada a programas, projetos de extensão ou pesquisa desenvolvidos em Universidades Federais (Oliveira et al., 2016). Não foram localizados relatos de experiências que descrevem atividades grupais com alunas-mães no contexto do ensino superior, revelando uma lacuna prática e teórica no que se refere às possibilidades do grupo como estratégia de fortalecimento dessas estudantes.

Relação entre maternidade, trabalho e vida acadêmica

Como vimos no primeiro núcleo de análise, as alunas-mães relataram a necessidade de reorganização da vida pessoal decorrente das exigências colocadas pela maternidade nesse contexto universitário. Dentre as modalidades de reorganização relatadas pelas participantes da pesquisa, a saída do mercado de trabalho remunerado foi uma delas.

Das sete entrevistadas, Ana, Carla, Clara, Marta e Alice afirmam não trabalhar de forma remunerada, dedicando-se à maternidade e à vida acadêmica. Vale considerar aqui uma característica importante da instituição de ensino na qual a pesquisa foi realizada: sendo uma instituição privada, com predominância dos cursos no período noturno, é característica a presença de estudantes que são trabalhadores autônomos, pequenos empresários ou que constituem força de trabalho no mercado formal ou informal. Sobre isso, Carla aponta: “*eu tinha uma loja, mas não consegui conciliar com a faculdade e precisei fechar*”.

Considerando o debate da maternidade em uma perspectiva histórica e crítica, cabe questionar se homens, alunos-pais, também se distanciam do mercado de trabalho no cenário do ensino superior – a hipótese, ancorada na divisão sexual do trabalho e com farto subsídio empírico, é de que isso não ocorre. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho pressupõe especificidades nas ocupações de homens e de mulheres, sendo que, hierarquicamente, o trabalho do homem tem ascendência e precedência sobre o das mulheres. Essa concepção tem nuances históricas e sociais, porém a matriz fundamental persiste sendo a atribuição aos homens da esfera produtiva (no sentido da obtenção de remuneração) e às mulheres da esfera reprodutiva, conforme discutido nas seções anteriores. Esse debate foi recentemente intensificado pelos desdobramentos da pandemia de covid-19 na vida das mulheres. A partir das recomendações de distanciamento social, mulheres trabalhadoras se deslocaram para o trabalho no regime de home office, o que, junto ao fechamento de escolas e creches e com aulas remotas da graduação, no caso de alunas-mães, amplificou as demandas de cuidado pela redução das fronteiras entre vida pessoal e mundo do trabalho. Capone e Souza (2021), em estudo sobre a conciliação entre maternidade e trabalho, apontaram que, para as mulheres entrevistadas, de forma unânime, a divisão do trabalho não é igualitária, havendo também sobrecarga física e emocional decorrente do acúmulo de papéis.

Guiginski e Wajnman (2019) constataram que:

ter um filho em idade pré-escolar diminui as chances de a mulher estar no mercado de trabalho em 52,2% e ter dois ou mais filhos em idade pré-escolar reduz esta chance em 73,5%, em comparação com aquelas que não têm filhos. (p. 15)

Esse cenário considerou apenas a presença de filhos, sem adicionar a experiência de ser aluna do ensino superior, o que pode impactar ainda mais esses dados. Diante disso, Leite e Alves (2022) afirmam a relevância de haver o fomento, pelas instituições de ensino, de bolsas de estudo vinculadas à pesquisa, extensão e outros projetos, visando tanto à formação científica quanto à permanência de estudantes no ambiente acadêmico, minimizando as vulnerabilidades socioeconômicas. As bolsas surgem como um recurso para a democratização do acesso à educação por meio da viabilização da permanência; no entanto, caso as iniciativas não se atentem às especificidades das alunas-mães (discutidas no item anterior), essas estudantes permanecerão sem acesso a esse recurso, colaborando para a reprodução social e das relações de poder hegemônicas no contexto universitário.

Tentar conciliar a obtenção de remuneração no mercado de trabalho com a vida acadêmica e o cuidado com os filhos provoca, nas entrevistadas, a vivência de rotinas exigentes, sem espaço para outras atividades, como descanso e lazer. Sobre isso, Flávia aponta:

Querendo ou não, para mim o tempo tem sido muito pesado. Às vezes eu me pego pensando “nossa”... Tipo assim, eu estou com tanta coisa que eu já não estou tendo tempo para estudar, nem tempo para o meu filho, nem tempo para trabalhar.

A pesquisa de Bonalume (2022) aponta que a divisão sexual do trabalho, por atribuir à mulher a responsabilidade pelas atividades domésticas, provoca a redução do tempo de descanso e lazer. Se adicionarmos a essa mulher a vivência universitária, pode-se inferir ainda maior redução do tempo para tais atividades. Para a autora, a ausência de lazer na vida das mulheres é resultado de uma construção social, ancorada em discursos e práticas, que interfere na forma como utilizamos o tempo. Assim, enquanto os homens vivenciam o lazer sob o viés da coletividade, da convivência e socialização, as mulheres o vivenciam nos espaços domésticos, com atividades familiares, de saúde e da própria casa. Desse modo, a própria experiência do lazer e do descanso se submete às relações de poder que determinam modos de agir social e historicamente construídos, e que devem ser analisados e compreendidos a partir das relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa revelou desafios práticos e vivenciais das alunas-mães inseridas em uma instituição de ensino superior privada. As falas das alunas sobre os desafios no que tange à participação na vida dos filhos foram permeadas por sentimentos compreendidos aqui como angústias, diante de condições concretas de vida que demandam adaptação das alunas-mães. Essas adaptações realizadas pelas alunas provocaram a saída de empregos formais e a inclusão dos filhos nas atividades acadêmicas, em especial nas aulas, o que impacta no seu rendimento e concentração. Os processos de adaptação realizados pelas mães indicam, sobretudo, uma escassez de propostas sociais e institucionais que possam acolher as mães e seus filhos, uma vez que falta estrutura física e recursos humanos para isso. A ausência de creche universitária, de espaços com recursos infantis ou de qualquer programa que possa oferecer um suporte às crianças enquanto as mães e pais assistem às aulas provoca, nessas alunas, dificuldades para concentrar a atenção nas atividades acadêmicas, podendo impactar no seu rendimento acadêmico.

Quando questionadas sobre as ações que poderiam ser ofertadas pelas instituições em prol da sua permanência, a maioria das entrevistadas não conhecia modalidades institucionais de apoio, bem como o impacto da ausência delas na permanência das alunas-mães. Atualmente, iniciativas institucionais como salas para amamentação e armazenamento de leite, as próprias creches universitárias, e espaços kids ou familiares em eventos científicos têm surgido como possibilidade de inclusão das crianças e das famílias em espaços acadêmicos e grupos de apoio. No entanto, nenhuma dessas iniciativas é uma realidade na instituição em questão, provocando a exclusão e desafios na permanência das alunas-mães.

Enquanto limitações do estudo, pode-se mencionar a utilização da entrevista como única fonte de informações, de modo que, considerando a própria sobrecarga das alunas-

-mães diante de suas atividades, uma investigação que conte com técnicas de coleta de informações que utilizem estratégias remotas poderia viabilizar uma ampliação da amostra. Ao mesmo tempo, a entrevista possibilita uma escuta em profundidade, que permite uma aproximação ao fluxo da consciência da entrevistada, bem como viabiliza uma escuta empática das estudantes pela pesquisadora, cuja experiência pessoal e profissional se aproxima do objeto de estudo da pesquisa. Tal aproximação entre pesquisadora e alunas-mães fomentou o desejo das participantes de ampliar a discussão no contexto acadêmico, disponibilizando-se para ações coletivas sobre a temática, o que reforça a urgência de mobilização em torno do tema. Enquanto possibilidades de estudos futuros, pode-se mencionar a necessidade de ampliação da amostra e de técnicas de construção de dados, a investigação junto aos alunos-pais e junto aos gestores, de forma a potencializar o debate. A pesquisa possibilitou evidenciar e potencializar debates acerca das alunas-mães nos espaços acadêmicos, instigando que as instituições de ensino superior incluam políticas de apoio e incentivo à permanência dessas mulheres neste contexto.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 222–245. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>
- Althusser, L. (2022). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Paz & Terra.
- Antloga, C. S., Silva, A. S., & Santos, E. M. (2023). Percepção de danos físicos, psíquicos e sociais no trabalho de ser mãe universitária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43(10), e253141. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253141>
- Beltrão, K. I., & Alves, J. E. D. (2009). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 125–156. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007>
- Bonalume, C. R. (2022). O lazer das mulheres: Uma ação política. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 9(2), 42–60. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/36324/31927>
- Brasil. (2010). *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm
- Brito, Q. H. F., Avena, K. M., Portilho, E. M. L., Pereira, M. A., & Quintanilha, L. F. (2021). Maternidade, paternidade e vida acadêmica: Impactos e percepções de mães e pais estudantes de medicina. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37(4), 515–523. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.4-20210309>
- Campos, E. M. P., Rodrigues, A. L., Machado, P., & Alvarez, M. (2007). Relatos de experiência: Intervenção em grupo: Experiência com mães de crianças com câncer. *Psicologia: Estudos*, 12(3), 491–498. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300021>
- Capone, S. M. I., & Souza, I. G. L. (2021). Maternidade e carreira durante a pandemia da covid-19: o papel das organizações na visão das mulheres-mães. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 12(4), 141–156. <https://doi.org/10.6008/CBPC2179684X.2021.004.0010>
- Carvalho-Silva, H. H., Batista, A. A. G. & Alves, L. (2014). A escola e famílias de territórios metropolitanos de alta vulnerabilidade social: Práticas educativas de mães “protagonistas”. *Revista Brasileira de Educação*, 19(56), 215–232. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000100007>
- COPPE/UFRJ. (2024). *Sala de amamentação é inaugurada por alunas da COPPE*. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia. <https://coppe.ufrj.br/planeta-coppe/sala-de-amamentacao-e-inaugurada-por-alunas-da-coppe/>

- Carpes, P. B. M., Oliveira, L., Soletti, R., & Stanisuski, F. (2022). Parentalidade e carreira científica: O impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(2), e2022354. <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000200013>
- Dore, R. (2006). Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. *Cadernos CEDES*, 26(70), 329–352. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300004>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, 213–225. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Ferreira, K. R., & Furtado, M. A. S. (2022). Vivência de mães universitárias do ISB/UFAME. *Construção Psicopedagógica*, 32(33), 59–76. <https://doi.org/10.37388/CP2022/v32n33a07>
- Forna, A. (2000). *A mãe de todos os mitos*. Ediouro.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Guiginski, J., & Wajnman, S. (2019). A penalidade pela maternidade: Participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36, e0090. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>
- Guimarães, N. A., Hirata, H. S., & Sugita, K. (2011). Cuidado e cuidadoras: O trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*, 1(1), 151–180. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v117>
- Hirata, H., & Kerfoot, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2024). *Resumo do Censo da Educação Superior 2022*. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf
- Lane, S. T. M. (2012). O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 78–98). Brasiliense.
- Leite, A. C. F., & Alves, F. C. (2022). Trabalho, maternidade e permanência no ensino superior. *Ensino em Perspectivas*, 3(1), 1–15. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8801>
- Leite, M. G., Rodrigues, D. P., Sousa, A. A. S., Melo, L. P. T., & Fialho, A. V. M. (2014). Sentimentos advindos da maternidade: Revelações de um grupo de gestantes. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 115–124. <https://doi.org/10.1590/1413-7372217650011>
- Oliveira, D. M., Rena, P. B. O., Mendonça, E. T., Pereira, E. T., Jesus, M. C. P., & Merighi, M. A. B. (2016). O grupo operativo como instrumento de aprendizagem do cuidado

por mães de filhos com deficiência. *Pesquisa Escola Anna Nery*, 20(3). <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160077>

Organização Mundial da Saúde. (2023). *Infant and young child feeding*. WHO. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/infant-and-young-child-feeding>

Pereira, E. R., & Sawaia, B. B. (2020). *Práticas grupais: espaço de diálogo e potência*. Pedro & João.

Pontes, V. V., Queiroz, F. S., Nascimento, J. S., & Fonseca, F. D. T. (2022). Transição para a maternidade na trajetória acadêmica: Estratégias de reparação dinâmica do self e de resistência no campo social de jovens universitárias. *Estudos de Psicologia*, 39, e200190. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200190>

Raupp, M. D. (2004). Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. *Educação e Sociedade*, 25(86), 197–217. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100010>

Rodrigues, L. N., Christoffel, M. M., Smeha, L. N., Benedetti, F. J., & Abaid, J. L. W. (2022). Acolhimento e desafios no retorno ao trabalho, após licença maternidade em uma instituição de ensino. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 12(44), e44. <https://doi.org/10.5902/2179769268966>

Santos, L. P. (2010). Deficiência e maternidade. In C. J. S. Machado, I. M. L. F. Santiago, & M. L. S. Nunes (Eds.), *Gênero e práticas culturais: Desafios históricos e saberes interdisciplinares* (pp. 219–230). EDUEPB.

Silva, S. M. P., França, M. H. O., & Marques, L. H. O. (2023). Mulheres e saúde mental: Reflexões a partir da bibliografia e de um relato de experiência. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, 12(2), 43–56. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/432>

Silva, M. C. R. F., & Guedes, C. (2020). Redes sociais e ativismo materno: Desafios entre estudantes de uma universidade pública. *Revista Katálysis*, 23(3), 470–482. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p470>

Souza, T. M. S. (2006). *Emoções e capital: As mulheres no novo padrão de acumulação capitalista* [Tese de Doutorado em Psicologia Social]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17155>

Teixeira, C. M. (2009). As mulheres no mundo do trabalho: Ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 237–244. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200012>

UNICEF. (2023). *O cuidado integral e a parentalidade positiva na primeira infância*. Unicef Brasil. <https://www.unicef.org/brazil/biblioteca>

Universidade de Brasília. (s.d.). *Primeira sala de amamentação da UnB está na BCE*. <https://noticias.unb.br/institucional/7531-primeira-sala-de-amamentacao-da-unbesta-na-bce>

Universidade Federal de São João del-Rei. (2023). *Cuidados na amamentação*. https://ufs.j.edu.br/progp/cuidados_na_amamentacao.php

Universidade Federal Fluminense. (2024). *Sala de apoio à amamentação da UFF recebe certificação do Ministério da Saúde*. UFF. <https://www.uff.br/informe/sala-deapoio-a-amamentacao-da-uff-recebe-certificacao-do-ministerio-da-saude/>

Walczak, A. T., & Silva, F. F. (2024). Pandemia, maternidade e ciência: Experiências e reflexões de cientistas mães da Universidade Federal do Pampa. *Educação em Revista*, 40, e42213. <https://doi.org/10.1590/0102-469842213>

CRediT Author Statement

Agradecimentos: À Faminas e à Universidade Federal de São João del-Rei.

Financiamento: Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 (processo nº 401663/2023-0) e Programa de Iniciação Científica da Faminas – Edital 2024/2025.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: A pesquisa respeitou os procedimentos éticos, teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos para sua realização.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho estão armazenados com os pesquisadores.

Contribuições dos autores: A primeira e segunda autora elaboraram o projeto de pesquista, fizeram o estudo da literatura e a submissão ao comitê de ética. A segunda autora coletou os dados e os transcreveu. A primeira autora elaborou a discussão dos resultados. O terceiro autor participou da revisão do texto e da análise dos dados.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

